

A CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL REPUBLICANO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E A CONTRIBUIÇÃO DE PEDRO DE ARAÚJO BELTRÃO

GUILHERME BORGES DA SILVA* UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO – BRASIL

RESUMO

O estudo analisa a trajetória de Pedro de Araújo Beltrão, um destacado diplomata brasileiro do século XIX, e avalia sua importância na transição da política externa do Brasil do Império para o regime republicano, com foco nas décadas de 1880 e 1890. A pesquisa, baseada em uma análise documental de correspondências diplomáticas, tratados internacionais e registros de negociações, revela que Beltrão desempenhou um papel importante nas negociações de tratados fundamentais e na promoção dos interesses comerciais e políticos do Brasil no cenário internacional, sendo decisivo para o reconhecimento e afirmação do Brasil como uma nação soberana durante essa transição. A trajetória de Beltrão oferece insights valiosos sobre a evolução da política externa brasileira no final do século XIX e início do século XX, destacando a importância de diplomatas individuais na consolidação da posição internacional do país.

Palavras-chave: Diplomacia; Pedro Araújo Beltrão; Política Externa.

ABSTRACT

The study analyzes the trajectory of Pedro de Araújo Beltrão, a prominent Brazilian diplomat of the 19th century, and assesses his importance in the transition of Brazil's foreign policy from the Empire to the Republican regime, focusing on the 1880s and 1890s. The research, based on a documentary analysis of diplomatic correspondence, international treaties, and negotiation records, reveals that Beltrão played a crucial role in the negotiation of key treaties and in promoting Brazil's commercial and political interests on the international stage, being decisive for the recognition and affirmation of Brazil as a sovereign nation during this transition. Beltrão's trajectory offers valuable insights into the evolution of Brazilian foreign policy in the late 19th and early 20th centuries, highlighting the importance of individual diplomats in consolidating the country's international standing.

Keywords: Diplomacy; Foreign Policy; Pedro Araújo Beltrão.

RESUMEN

El estudio analiza la trayectoria de Pedro de Araújo Beltrão, un destacado diplomático brasileño del siglo XIX, y evalúa su importancia en la transición de la política exterior de Brasil del Imperio al régimen republicano, con énfasis en las décadas de 1880 y 1890. La investigación, basada en un análisis documental de correspondencias diplomáticas, tratados internacionales y registros de negociaciones, revela que Beltrão desempeñó un papel esencial en las negociaciones de tratados fundamentales y en la promoción de los intereses comerciales y políticos de Brasil en el escenario internacional, siendo decisivo para el reconocimiento y la afirmación de Brasil como una nación soberana durante esa transición. La trayectoria de Beltrão ofrece valiosos conocimientos sobre la evolución de la política exterior brasileña a finales del siglo XIX y principios del siglo XX, destacando la importancia de los diplomáticos individuales en la consolidación de la posición internacional del país.

Palabras-chave: Diplomacia; Pedro Araújo Beltrão; Política Exterior.

* Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista com financiamento Capes no Doutorado. E-mail: guilherme.silva.92@edu.ufes.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma revisão crítica da análise histórica da diplomacia brasileira durante a transição do regime monárquico para o republicano, entre 1880 e 1890, utilizando a trajetória de Pedro Araújo Beltrão como um caso central. Em vez de se concentrar apenas em grandes eventos históricos, o estudo valoriza também as experiências individuais e dinâmicas locais nos espaços não visíveis de construção da diplomacia.

Adotando a abordagem de Lepetit, o objetivo é entender como essas experiências pessoais e contextos locais influenciaram e foram influenciados pelos eventos maiores, proporcionando uma visão mais completa. Além disso, será utilizado o pensamento de Michel Foucault para explorar como a construção do poder político opera por meio de cadeias e estruturas invisíveis. A metodologia inclui a análise de correspondências diplomáticas, tratados e registros de negociações, destacando o papel de Beltrão na formação da política externa brasileira durante o final do século XIX.

Buscaremos analisar ao longo deste trabalho como o intervalo entre 1880 e 1890 representa uma etapa crucial na história do Brasil, marcada pela mudança do regime monárquico para o republicano. Esse momento não só trouxe uma profunda transformação política interna, mas também alterou a posição do Brasil no cenário internacional. Evidenciando, por outro lado, como a transição, marcada por turbulências, envolveu a rejeição das diretrizes imperiais anteriores e a busca por novas parcerias, com destaque para os Estados Unidos.¹

Neste período de transformação, surgiram figuras diplomáticas importantes que, apesar de terem sido negligenciadas e pouco exploradas, tiveram um papel fundamental na definição da política externa brasileira. Além disso, é relevante notar que o Brasil enfrentava, nesse mesmo contexto, um estigma internacional devido à sua condição de nação escravocrata e considerada atrasada, o que representava vários desafios para suas relações internacionais.²

¹ BELLINTANI, A. I. A política externa brasileira durante a primeira república (1889-1930): pesquisa, produção e recortes temáticos. In: SILVA, André Luiz Reis da (org.). *Repensando a política externa brasileira (1822-2022)*: novas abordagens e interpretações. Curitiba: Appris, 2023. p. 90.

² CARVALHO, C. D. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

Uma considerável parcela de líderes políticos brasileiros do século XIX resistiu à abolição da escravidão e manteve estruturas que limitavam os investimentos estrangeiros, enquanto grupos insatisfeitos buscavam desestabilizar o regime monárquico. A queda da monarquia em 1889 decorreu tanto da crescente oposição política e das crises internas na administração do regime quanto do desgaste da legitimidade monárquica, especialmente relacionado ao seu potencial modernizador.³

Nesse contexto de transformação interna, a política externa brasileira também passou por uma reconfiguração. É crucial compreender que a política externa refletia diretamente a política interna do país. Assim, é fundamental considerarmos tanto o contexto político interno quanto externo, evitando análises unilaterais que possam obscurecer nuances cruciais do estado brasileiro no final do século XIX e de todo o sistema de inter-relações entre a diplomacia doméstica e a condução da política externa do país mundo afora.⁴

O período que marcou a transição do Império para a República no Brasil foi uma época de intensa agitação de ideias, muitas das quais foram importadas da Europa. A propaganda republicana foi fundamental ao promover o novo regime como um símbolo de modernidade e progresso. Ela buscava destacar a República como um avanço em relação à monarquia, que era associada ao atraso e à estagnação. O entusiasmo e as expectativas gerados procuravam reforçar a imagem do novo governo como um salto em direção a uma era mais avançada e civilizada.⁵

A transição de regime não era apenas uma questão interna, mas também implicava uma reorientação na política externa brasileira. A nova república nas Américas precisava convencer as nações amigas a reconhecerem a legitimidade de seu novo sistema político recém-proclamado. Uma das estratégias adotadas foi buscar alianças e apoio de países como os Estados Unidos, que já tinham uma afinidade ideológica com os princípios republicanos.⁶

³ PEREIRA, G. T. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889- 1898)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 14-15.

⁴ FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 17.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 42-48.

⁶ PEREIRA, 2009, p. 20-21.

No plano diplomático, a transição do Brasil do Império para a República ocorreu sem grandes rupturas nas relações internacionais. As nações com representação diplomática no Brasil continuaram a operar normalmente, mesmo com a mudança de regime. O primeiro ministro das Relações Exteriores do governo republicano, Quintino Bocaiúva, destacou essa estabilidade em seu relatório ao Governo Provisório, sublinhando a importância da continuidade dessas conexões diplomáticas para evitar o isolamento internacional do Brasil durante esse período de mudança.⁷

As nações americanas acolheram com aplauso e solidariedade o novo regime. Uruguai e Argentina foram os primeiros países a reconhecê-lo; o primeiro em 20 e o segundo em 29 de novembro de 1889. O reconhecimento do Chile ocorreu logo depois, em 13 de dezembro do mesmo ano. A legação do Brasil em Washington, em ofício de 20 de novembro de 1889, informou a Quintino Bocaiúva que o secretário de Estado norte-americano, Blaine, considerava a República um fato consumado e manifestava a intenção de reconhecer imediatamente o novo regime.

Durante esse período de transição, a influência dos Estados Unidos se destacaria, com os líderes republicanos brasileiros se inspirando no modelo norte-americano para moldar o novo regime do país. A interação entre o processo de adoção do sistema republicano no Brasil e a influência da cultura política dos Estados Unidos foi notável, estabelecendo uma relação intrincada entre a republicanização e a americanização. O reconhecimento oficial do Brasil como república pelos Estados Unidos foi um ponto crucial nesse processo, simbolizando o alinhamento político e a influência mútua entre as duas nações.⁸

Nos primeiros anos da República, a política externa brasileira refletiu essa mudança de foco em relação ao tradicional polo político e cultural estabelecido pela monarquia, voltando-se cada vez mais para os Estados Unidos em detrimento da Europa.⁹ A Revolta da Armada e a

⁷ CERVO, A. L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 163.

⁸ PEREIRA, 2009, p. 18-19.

⁹ ALONSO, Â. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 78.

intervenção direta dos Estados Unidos no evento entre 1893 e 1894 também destacaram a importância do fortalecimento das relações internacionais nesse período de transição.¹⁰

Assim, a política externa brasileira nos primeiros anos da República passou por transformações significativas durante esse período de transição política e diplomática. A busca pelo reconhecimento e legitimidade do novo regime tornou-se o principal objetivo dos diplomatas e chanceleres. No entanto, essa transição enfrentou diversos obstáculos, incluindo o fato de que a maioria dos diplomatas no exterior havia sido nomeada pelo antigo imperador, levando muitos deles a renunciar a seus cargos em apoio à família real. Aqueles que decidiram permanecer tiveram que se adaptar a novas circunstâncias em prol da missão diplomática para garantir o reconhecimento do regime.¹¹

É evidente que muitos desses diplomatas e chefes de missão no exterior não receberam a devida atenção da historiografia do século XIX em relação ao seu papel como agentes da política exterior. A história diplomática muitas vezes foi reduzida à história dos grandes estadistas e ministros, ignorando a atuação dos agentes menos destacados, que foram responsáveis pela resolução de problemas internacionais e sua relevância na mediação dos conflitos de interesses nas representações do Brasil no exterior.¹²

Mostrar os bastidores da diplomacia e a atuação frequentemente despercebida dos diplomatas é fundamental para entender as complexas dinâmicas de poder e negociação internacional. Esses aspectos ocultos revelam como as decisões são realmente moldadas e como o poder é exercido fora dos holofotes. Explorar essas dimensões permite reconhecer a importância das estratégias e dos indivíduos que desempenham papéis cruciais na condução das relações entre países, mesmo que suas ações não sejam amplamente visíveis.

Com base na experiência e trajetória política de Pedro Araújo Beltrão, adotar essa perspectiva holística permite compreender como as experiências em nível micro revelam

¹⁰ ASSIS, R. J. S. de A. A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 4–26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/24051>. Acesso em: 30 abr. 2024. p. 20.

¹¹ MENDONÇA, R. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o barão do penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006. 74 v. p. 394-395.

¹² BELLINTANI, 2023, p. 92.

aspectos essenciais que contribuíram para a formação da complexa rede de atuação diplomática brasileira durante o período republicano. Dentro desse contexto, as experiências e histórias de Pedro Araújo Beltrão se entrelaçam diretamente com a configuração das redes diplomáticas tanto no Brasil quanto no exterior. Essa análise mais detalhada não apenas enriquece nossa compreensão da história diplomática, mas também lança luz sobre os atores individuais e suas influências no desenvolvimento das relações internacionais do Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Compreender o funcionamento da diplomacia através da noção de poder de Michel Foucault oferece uma perspectiva inovadora sobre como as relações internacionais são moldadas. Foucault conceitua o poder não como uma entidade centralizada, mas como uma rede difusa que permeia diferentes práticas e instituições. Aplicando essa abordagem à diplomacia, podemos perceber que o poder não se exerce apenas em grandes decisões ou tratados visíveis, mas também em interações sutis e na gestão de relações cotidianas entre estados.¹³

As estratégias diplomáticas e as negociações frequentemente refletem uma microfísica do poder, onde o controle e a influência são exercidos por meio de práticas e discursos que moldam as relações internacionais. Ao analisar a diplomacia sob essa ótica, revelamos como o poder se manifesta em diversas camadas, desde a influência sutil até a articulação estratégica. Isso proporciona uma compreensão mais completa e detalhada do processo diplomático, destacando a importância das ações e estratégias que operam nos bastidores das relações internacionais.

Uma característica fundamental na análise do poder de Foucault é a sua transformação da ideia de poder como algo monopolizado pelo Estado para um conceito baseado nas relações sociais, manifestando-se através de uma rede de “micro-poderes”. Nesse contexto, a atuação de diplomatas, embaixadas e consulados exemplifica como o poder se exerce em níveis menos visíveis, mas igualmente influentes. Essas instituições e seus representantes operam como

¹³ FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 180-182.

micro-poderes, exercendo controle e influência que permeiam e moldam as relações internacionais de forma sutil e abrangente.¹⁴

Por sua vez, Jacques Lepetit, em *As Escalas na História*, defende que a análise histórica deve incorporar tanto grandes eventos quanto dinâmicas locais e específicas. A abordagem de Lepetit complementa a visão de Foucault ao sugerir que uma compreensão completa da história emerge da combinação de escalas amplas e micro.¹⁵ Enquanto Foucault revela como o poder se manifesta em práticas cotidianas e instituições menores, Lepetit enfatiza a necessidade de explorar essas práticas dentro de contextos históricos mais amplos. Juntas, essas abordagens proporcionam uma análise mais rica e detalhada das forças que moldam a história e a sociedade.

A trajetória de Pedro de Araújo Beltrão pode ser melhor entendida através das teorias de Michel Foucault e Jacques Lepetit. Foucault argumenta que o poder se manifesta em uma rede de pequenas práticas e instituições, e o papel de Beltrão como diplomata exemplifica essa ideia, mostrando como ele teve um impacto significativo na política externa brasileira, mesmo quando não estava em destaque. Lepetit, por outro lado, enfatiza a importância de considerar tanto os grandes eventos quanto os aspectos locais da história. Assim, o estudo da atuação de Beltrão revela como suas ações e decisões, em contextos específicos, contribuíram para a diplomacia brasileira e mostram como as práticas individuais se relacionam com processos históricos maiores.

A metodologia para construir seu histórico de atuação diplomática baseia-se na seleção cuidadosa de fontes primárias e secundárias. Primeiro, foram selecionados documentos-chave, como correspondências diplomáticas e tratados, para entender diretamente suas ações e impacto. Em seguida, obras acadêmicas que fornecem análises e contextos adicionais sobre a diplomacia brasileira e Beltrão. Tudo isso pode nos permitir uma compreensão detalhada e contextualizada da contribuição de Beltrão para a diplomacia brasileira.

¹⁴ FOUCAULT, 1979, p. 180-182.

¹⁵ LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 89-91.

PEDRO DE ARAÚJO BELTRÃO: VIDA E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Segundo Brito Aranha, jornalista e bibliógrafo português, Pedro de Araújo Beltrão nasceu em 30 de agosto de 1844, no bairro de Santo Antônio, em Recife, Pernambuco. Seus pais eram Pedro Beserra Pereira de Araujo Beltrão e Maria da Conceição Alexandrina da Cunha Machado Pedrosa. Ainda segundo o próprio, A família Beltrão Araújo já era reconhecida como uma das mais proeminentes do Nordeste do Brasil naquela época, com uma história rica e influência significativa na região.¹⁶

Originários principalmente do estado de Alagoas, os membros dessa família desempenhavam papéis de destaque em várias áreas, incluindo política, educação, negócios e cultura. Durante décadas, os membros da família Araújo Beltrão se destacaram em diversas áreas da vida política e econômica do Império. Na esfera política, vários membros ocuparam cargos eletivos em níveis municipais, estaduais e até mesmo nacionais. Alguns serviram como deputados de importantes cidades, enquanto outros foram eleitos para cargos legislativos.¹⁷

A família Araújo Beltrão era uma das mais conhecidas e influentes no Recife, capital de Pernambuco, e sua história remonta a tempos antigos na região. Originária da nobreza local, a família era reconhecida não apenas por sua genealogia política, mas pela participação significativa em quase todas as instâncias de poder do estado. Historicamente, sempre foi comum encontrar oligarquias no comando político de alguns estados brasileiros, especialmente no Nordeste, assim como a presença de certos sobrenomes na política nacional.¹⁸

No caso de Araújo Beltrão, todos os aspectos mencionados se tornariam responsáveis pela criação de possibilidades concretas para o desenvolvimento e interesse pela vida política. Ainda segundo Brito Aranha, Beltrão ainda jovem completaria o curso na Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de Recife, obtendo o grau de bacharel. Alguns anos depois, foi eleito como representante na Assembleia Provincial em Recife e mais tarde se tornaria ainda presidente da

¹⁶ ARANHA, B. Dr. Araujo Beltrão. *Correio do Brazil*, Revista Mensal, v. 4, n. 2, p. 4-5, 1882.

¹⁷ ELEIÇÃO PRIMARIA PARA DEPUTADOS GERAES E PROVINCIAES. *Diário Novo-(PE)*. Recife: 25 de novembro de 1847. p. 2.

¹⁸ OLIVEIRA, R. C.; GOULART, M. H. H. S.; VANALI, A. C.; MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, 2017. p. 167.

Associação Abolicionista Victoriense e líder do Partido Liberal no importante município de Victória, em Recife.¹⁹

Pedro de Araújo Beltrão, acompanhado de um grupo de liberais que integrava o partido, enfatizava em seus discursos na Assembleia Legislativa de Pernambuco a necessidade do fim do sistema escravista. Em 1969, em uma de suas falas, como um gesto simbólico e político, anunciara que ele e sua família declararariam livres os filhos nascidos de suas escravas, uma atitude que foi seguida por outros colegas do parlamento.²⁰

Apesar dos discursos, Pedro Beltrão, ao se candidatar à reeleição em 1884, chegou a declarar publicamente que seus votos na câmara não refletiam sua opinião pessoal sobre a questão servil, mas eram motivados por "solidariedade partidária". Tudo isso, pode ser compreendido como uma estratégia política de assegurar aos eleitores de seu distrito, que sua lealdade à classe agrícola, à qual afirmava pertencer com orgulho, permanecia sintonizada.²¹

Um outro exemplo disso foi a recusa de Pedro de apoiar integralmente o então “Projeto Dantas”, posteriormente conhecida como a lei dos sexagenários. O projeto apresentava uma série de medidas que iam além da libertação de idosos escravizados, propondo uma nova sociedade pós-escravidão baseada no assalariamento dos ex-escravos, imigração e promoção da pequena propriedade. Nesse quesito, o conflito entre o discurso e a ação de Pedro Beltrão ilustra perfeitamente como os liberais em Pernambuco eram mais sensíveis às suas necessidades políticas do que aos interesses das classes que diziam representar.²²

Além de integrar originalmente parte significativa das redes de poder locais e fortalecê-las no convívio e aproximação com os representantes legislativos provinciais, o diplomata ainda atravessaria conexões estritamente ligadas a conchavos políticos e familiares. Ao casar-se com Maria de Oliveira de Araújo, filha do negociante Luiz de Oliveira Lima, ele

¹⁹ ARANHA, 1882, p. 4-5.

²⁰ HOFFNAGEL, M. J. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *CLIO – Revista de pesquisa História*, Recife, n. 23, 2005, p. 14.

²¹ HOFFNAGEL, 2005, p. 14.

²² HOFFNAGEL, 2005, p. 14.

tornou-se cunhado de Manoel de Oliveira Lima, que mais tarde tornar-se-ia um notável historiador e diplomata.²³

Essa conexão familiar não apenas ampliou a influência política, mas também teve um efeito direto sobre o próprio Oliveira Lima. Segundo Natália Henrich, a proximidade com Beltrão teria sido um dos motivos para a indicação de Oliveira Lima para a vaga de segundo secretário da Legação Brasileira em Lisboa, o que nos faz questionar como as complexas redes e alianças estabelecidas entre as legações e consulados nos ministérios das relações exteriores se interligaram em parte através do apadrinhamento político.

Toda essa situação evidencia para nós como Pedro de Araújo Beltrão influenciou e foi influenciado pela interseção entre as redes pessoais e as decisões oficiais, e como as relações de parentesco e a influência familiar podiam moldar a carreira de diplomatas e impactar a organização da política externa brasileira e seus arranjos durante quase toda a segunda metade do século XIX.²⁴

A CARREIRA NO EXTERIOR

A combinação das genealogias políticas com as redes de poder locais teve um impacto direto na ascensão de Beltrão na política. Sua crescente notoriedade o levou, ainda na década de 1870, à sua primeira missão internacional. Em 22 de junho de 1875, Pedro de Araújo Beltrão foi nomeado adido à Legação do Brasil na República do Equador, onde permaneceria por apenas alguns meses.

Pouco tempo depois, ele seria transferido para a Legação de Lisboa, onde atuaria como adido de 1ª classe, além de desempenhar as funções de secretário e encarregado de negócios, entre 1875 e 1883.²⁵ Além disso, Beltrão ainda serviria nos Estados Unidos da América como secretário entre 1883 e 1885, como enviado especial na Espanha em 1885, como secretário de

²³ FORSTER, M. T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 20.

²⁴ HENRICH, N. O professor Oliveira-Lima reflexões de um diplomata-historiador sobre a educação. *Estudos Universitários*, Recife, [s. l.], v. 33, n. 1/2, 2016, p. 89. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256449>. Acesso em: 10 abr. 2024.

²⁵ ARANHA, 1882, p. 4-5.

negócios na Grã-Bretanha entre 1885 e 1891, ministro plenipotenciário de 2ª classe em Portugal entre 1891 e 1892, na Suíça como ministro plenipotenciário de 2ª classe entre 1892 e 1898, e, finalmente, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Espanha entre 1898 e 1912, quando se aposentaria da vida e carreira diplomática.²⁶

O início de sua trajetória na diplomacia se dera num contexto bastante tumultuado. Enviado em junho de 1875 para a então República do Equador, o jovem diplomata encontrou um ambiente permeado pelos conflitos entre facções políticas no país. Um mês depois de sua chegada, o presidente García Moreno seria assassinado por conspiradores liberais em 6 de agosto de 1875. Um punhado de assassinos surpreendeu o caudilho na entrada do Palácio Nacional em Quito e deferiu-lhe sucessivos golpes de facção e disparos de revólver.²⁷

Depois disso, o próximo grande desafio de Pedro Araújo envolveria diretamente o cenário político de seu próprio país. Seu primeiro grande encargo diplomático seria intermediar o reconhecimento da república recém-proclamada no Brasil pelos países estrangeiros. Naquele contexto, a proclamação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889 surpreenderia muitos diplomatas, deixando-os incertos sobre quais seriam as diretrizes do novo regime para sua atuação.²⁸

O conflito de interesses entre as representações do Brasil no exterior e as diretrizes do novo regime era nítido. O golpe republicano afetava a integridade do próprio sistema em que se estruturava toda a ação política do Ministério das Relações Exteriores. O grande dilema era, então, reestruturar velhas alianças sob novas direções, um emaranhado de rupturas e continuidades que deveriam levar a cabo os novos e distintos interesses da República brasileira na condução da política externa.

²⁶ BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado das relações exteriores Dr. Olyntho de Magalhães em 30 de abril de 1901. Rio de Janeiro, 1901. v. 1, p. 231-232. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=5485>. Acesso em: 23 mar. 2024.

²⁷ CORDOVA, C. R. E. F.; CANAL, J. La memoria transnacional de Gabriel García Moreno: la imagen póstuma del caudillo católico en ecuador, francia y roma (1875-1921). *Historia Crítica*, Bogotá, v. 75, 2020, p. 6-7.

²⁸ MENDONÇA, 2006, p. 391-395.

Um desses conflitos se dava diretamente entre o Barão de Penedo, então ministro do Brasil em Londres e o novo governo provisório brasileiro. O Barão recebera com surpresa o telegrama de Rui Barbosa sobre a proclamação da república e teria em certa ocasião, respondido com desdém os governantes republicanos. Afirmava ele não saber se poderia contribuir em algo com o regime pois ele tudo havia recebido da monarquia em seus quase quarenta anos de representação do Brasil na Europa e América.

Penedo alimentou assim, até os últimos momentos da vida de Dom Pedro de Alcântara, a esperança de ver restabelecida no Brasil a Monarquia até a morte do imperador. Nesse episódio a intercessão de Araújo Beltrão, então encarregado de negócios na legação do Brasil em Londres, se tornaria essencial. Sabendo que o Barão pretendia escrever um panfleto em que detratava o governo tecendo ácidas críticas aos republicanos brasileiros, a ação do diplomata foi intervir diretamente na situação.²⁹

Ciente das possíveis recepções que o documento poderia causar no exterior, Pedro Beltrão, junto a outros diplomatas conseguiu convencer o Barão a não publicar o então documento, alertando para os riscos de publicidade do mesmo. Este caso, no entanto, não fora o único na trajetória diplomática em que Beltrão Araújo servira como mediador entre o próprio corpo diplomático.³⁰ Ao que nos parece, dadas as dificuldades de comunicação direta com os representantes do regime, as questões de política externa eram tratadas com certa autonomia nas legações e embaixadas do Brasil pelo mundo.

Um exemplo disso pode ser percebido no diálogo entre o Cônsul Geral do Brasil em Alexandria, Nicolau José Debbané e Pedro Araújo Beltrão, a época enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de 2ª classe do Brasil em Lisboa. Uma carta, em francês, de Araújo Beltrão ao Cônsul Geral do Brasil em Alexandria, respondia ao telegrama de Debbané enviando notícias do Brasil, seguindo em anexo uma manchete de jornal que falava sobre a situação atual do país.

A carta de Beltrão Araújo buscava acalmar o cônsul do Brasil em Alexandria sobre o que estava acontecendo no país. No texto, o autor dissertava sobre questão da renúncia do

²⁹ MENDONÇA, 2006, p. 396.

³⁰ MENDONÇA, 2006, p. 393-394.

General Deodoro da Fonseca e a diplomação do Marechal Floriano Peixoto. Na resposta, o autor buscava pacificar e acalmar Debbané afirmando que o país se encontrava num momento de transição pacífica do poder e que tal possuía as informações mais acuradas sobre os acontecimentos. “*Pays est eu paix*” (O país está em paz) afirmava o diplomata.³¹

Embora estejamos cientes dos conflitos que agitavam o Brasil durante a transição de poder no regime republicano, o papel do diplomata foi o de promover uma tentativa de pacificação, ordem e legitimidade constitucional do regime republicano no exterior. Em algumas ocasiões, como citada no parágrafo anterior, Araújo Beltrão optou por apresentar uma narrativa que transmitia a imagem de uma república brasileira politicamente e socialmente organizada, alinhada aos interesses nacionais e internacionais que caracterizavam grande parte dos projetos civilizacionais dos quais se tinham notícias no final do século XIX.

A mediação do conflito de informações com o consulado brasileiro em Alexandria ocorreu durante a segunda passagem de Araújo Beltrão por Portugal. Nesse período de serviço na legação em Lisboa, ele adquiriu tanto prestígio que, na ausência dos respectivos ministros, foi encarregado de negócios duas vezes, devido à sua posição de alto conceito. Além disso, por seis vezes, assumiu a direção da secretaria da legação na ausência ou impedimento dos secretários.³²

Ele exerceu suas responsabilidades com notável prestígio e desempenho e recebeu diversos elogios de suas autoridades superiores, entre elas o respeitado barão de Japurá e Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, que na época ocupava o cargo de Ministro Plenipotenciário em Portugal.³³ No entanto, sua segunda estadia no país lusitano foi marcada por uma série de conflitos e controvérsias prolongadas com as autoridades locais, lançando luz sobre desafios e atritos que surgiram durante seu serviço.

³¹ BRASIL. *Arquivo Histórico do Itamaraty*. Ministério das Relações Exteriores. JD8/48.249-48.251. [BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção José Nicolau de Debbané (JD). Carta escrita por Pedro de Araújo Beltrão da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Lisboa para José Nicolau Debbané, Cônsul Geral do Brasil em Alexandria em 4 de dezembro de 1891. p.1-2].

³² ARANHA, 1882, p. 4-5.

³³ ARANHA, 1882, p. 4-5.

No final do século XIX e início do século XX, Portugal testemunhou um período turbulento que se estendeu desde o ultimato até o regicídio, culminando na instauração da República. Essa fase foi marcada por uma crescente instabilidade e agitação, evidenciando o impasse e a crise das antigas estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais. Em meio a um clima cultural de pessimismo e decadência, todas essas adversidades contribuíram para minar a antiga legitimidade monárquica e para o crescente embate com a nova força ideológica do republicanismo.³⁴

Em todo o país, especialmente no universo sociopolítico de Lisboa, espalhou-se um clima de contestação e busca de renovação, que não só ameaçava a ordem pública imediata, mas também colocava em xeque as antigas convenções constitucionais e certezas culturais que até então tinham servido de base ao sistema monárquico liberal. E é nesse contexto que a figura de Araújo Beltrão passará a ser observada de outra maneira pelas autoridades monárquicas portuguesas, tornando-se um alvo direto da situação.

Apesar de obter um certo grau de reconhecimento público por suas ações estimadas no campo da diplomacia luso-brasileira, o diplomata tornou-se uma "*persona non grata*" para as autoridades monárquicas portuguesas devido à sua enfática propaganda republicana. Ele defendia fervorosamente a legitimidade da instauração de uma república no Brasil em substituição ao regime monárquico, o que causava desconforto diplomático, especialmente em Portugal, que também enfrentava ameaças republicanas. A defesa aberta da república brasileira por parte do diplomata assombrava as autoridades portuguesas e contribuía para o seu isolamento no meio diplomático.³⁵

Naquele contexto conturbado, Lisboa se transformou em um ambiente hostil para Araújo Beltrão. Ele foi acusado de aderir à República após ter um histórico monarquista, uma crítica que também se estendeu ao seu cunhado, Oliveira Lima, que igualmente se beneficiou com a mudança de regime. A maneira como ambos se orgulharam da suposta influência sobre

³⁴ SARDICA, José Miguel. O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, Lisboa, v. XLVII (2.º), n. 203, 2012. p. 345-346.

³⁵ OLIVEIRA, Maurício. *Toma lá, dá cá*: como a troca de favores moldou a sociedade e o jornalismo no Brasil. São Paulo: Ornitórrinco, 2020. p. 42-43.

o governo português na aceitação da República brasileira não foi vista com bons olhos e não foi perdoada pelos monarquistas portugueses.³⁶

A situação agravou-se com a morte de Dom Pedro II, em 5 de dezembro de 1891, em Paris. Seguindo aparentemente a orientação do governo brasileiro, Araújo Beltrão não assinou o livro de luto oficial aberto pela monarquia portuguesa. Além disso, ele foi acusado de desrespeito depois de ser visto passeando descontraidamente ao lado da esposa, que ostentava um chapéu de plumas claras. Como resultado, ele foi considerado *persona non grata* pela chancelaria portuguesa, que solicitou oficialmente ao governo brasileiro a sua remoção e a do cunhado.³⁷

Após pouco mais de um ano ocupando seus cargos em Lisboa, Araújo Beltrão foi transferido para Berna, na Suíça, enquanto Oliveira Lima foi designado para representar o Brasil na Alemanha. Na Suíça, Pedro de Araújo Beltrão desempenharia um papel central em outras mediações de grande relevância para a história da política externa brasileira e suas relações políticas com os países europeus.³⁸

A primeira dessas mediações envolveria diretamente as questões relacionadas às legitimidades políticas dos governos brasileiro e suíço no tratamento recíproco entre seus cidadãos. Nesse contexto, os países se aproximariam devido ao interesse mútuo em resolver questões judiciais envolvendo heranças, direitos fiscais e tratados de extradição entre as duas nações.

Naquele contexto, a representação do Brasil em Berna na Suíça passou a intermediar diretamente os contatos entre o Conselho Federal Suíço e o governo de Prudente de Moraes no Brasil. Sob o governo de Prudente Moraes foi promulgado o decreto nº 2.169, de 21 de novembro de 1895 que aplicava às sucessões de cidadãos suíços as disposições do decreto n. 845 de 8 de novembro de 1851, proposta em que participara diretamente Araújo Beltrão.³⁹

³⁶ OLIVEIRA, 2020, p. 42-43.

³⁷ OLIVEIRA, 2020, p. 42-43.

³⁸ OLIVEIRA, 2020, p. 42-43.

³⁹ BRASIL. *Decreto nº 2.169, de 21 de novembro de 1895*. Aplica às sucessões de cidadãos suíços as disposições do decreto n. 845 de 8 de novembro de 1851 a que se refere o seu art. 24. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2169-21-novembro-1895-517919-norma-pe.html>. Acesso em 20 mar. 2024.

O diplomata intermediou o contato entre o chanceler do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho e o Governo da Confederação Suíça para regulamentar a repartição e o inventário de bens dos cidadãos suíços falecidos no Brasil e vice-versa, regulando as isenções e atribuições dos agentes consulares estrangeiros nos dois países, reafirmando também o modo por que se haveriam de haver na arrecadação e administração das heranças de súditos de suas Nações, dado o caso de reciprocidade.⁴⁰

Uma outra situação na qual a atuação de Araújo Beltrão se destacou foi durante a ratificação brasileira dos chamados Protocolos de Madri, que versavam sobre a proteção da propriedade industrial. Nesse episódio, o diplomata desempenhou um papel fundamental ao intermediar o contato entre o encarregado do consulado geral na Suíça, Alberto Gertsch, e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Sua intervenção eficaz e habilidosa ajudou a facilitar o diálogo e a agilizar o processo de ratificação desses protocolos de importância crucial para o Brasil.

O objetivo suíço era assegurar que o governo brasileiro ratificasse não apenas os quatro protocolos formulados durante a Conferência de Madri para a proteção da propriedade industrial, mas também o regulamento para a execução do acordo relativo ao registro das marcas de fábrica e de comércio elaborado em virtude de uma resolução da mesma conferência pela secretaria internacional sob a direção do governo suíço. Esta era uma questão de extrema importância para a Suíça, e Araújo Beltrão desempenhou um papel central em facilitar a comunicação e a compreensão entre as partes envolvidas.⁴¹

Os quatro protocolos, elaborados respectivamente em 14 e 15 de abril de 1891, formalizavam e regulamentavam a união das nações signatárias para a proteção da propriedade industrial. Esses documentos incidiam principalmente sobre os ajustes relacionados à repressão

⁴⁰ BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado das relações exteriores Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 30 de abril de 1896. Rio de Janeiro, 1896, v. 1, p. 311-312. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=1753>. Acesso em: 23 mar. 2024.

⁴¹ BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado das relações exteriores e general de brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira em 14 de maio de 1897. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p. 249-255. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=2309>. Acesso em: 23 mar. 2024.

de falsas indicações de procedências de mercadorias e ao registro internacional de marcas de fábrica e de comércio. Eles representavam uma iniciativa crucial para harmonizar e fortalecer as políticas de proteção da propriedade intelectual entre os países participantes.

A proposta, intermediada por Araújo Beltrão, foi aprovada pelo Congresso Nacional no Rio de Janeiro por meio da Lei nº 376, de 30 de julho de 1896. No entanto, a aprovação veio com ressalvas. A principal restrição estava relacionada ao 4º protocolo, que abordava a interpretação e a aplicação da convenção de 20 de março de 1883. Este protocolo dependia da ratificação unânime pelos diversos contratantes, o que não foi alcançado devido à recusa de alguns deles em ratificá-lo.⁴²

A ressalva, entretanto, não se mostrou um obstáculo para os suíços. A intervenção do diplomata brasileiro com o presidente da Confederação Suíça, Adrien Lachenal, e seu chanceler Gottlieb Ringier, resultou no reconhecimento oficial da ratificação brasileira da conferência, e com isso, o compromisso internacional para a execução das leis pertinentes. Isso demandaria das autoridades brasileiras não apenas a oficialização do processo, mas também a disponibilização dos recursos necessários para sua implementação efetiva.

Enquanto enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Pedro de Araújo Beltrão desempenhou um papel crucial na mediação da troca de informações entre as partes, realizando a tradução de documentos do francês para o português e vice-versa. Além disso, assumiu a responsabilidade pela elaboração, anexação e registro de documentos oficiais, assegurando sua integridade, legitimidade e representatividade em todo o processo diplomático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da trajetória de Pedro de Araújo Beltrão na diplomacia brasileira do final do século XIX oferece uma perspectiva valiosa para a historiografia, especialmente no que

⁴² BRASIL. *Lei nº 376, de 30 de julho de 1896*. Aprova os quatro protocolos formulados na conferencia de Madrid em abril de 1890 para a protecção da propriedade industrial e o regulamento elaborado pela Secretaria Internacional respectiva. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-376-30-julho-1896-540188-publicacaoriginal-40131-pl.html>. Acesso em 20 mar. 2024

tange à construção da política externa brasileira vista por trás dos bastidores. Ao analisar sua atuação, é possível desvendar as complexas redes de influência e as dinâmicas discretas que moldaram as relações internacionais do Brasil durante um período de profundas transformações políticas. Beltrão, atuando longe dos holofotes, desempenhou um papel estratégico como agente de execução da política externa, participando de negociações, mediações e acordos que possibilitaram a adequação do Brasil republicano ao cenário global. Sua história revela como as decisões e as estratégias diplomáticas, muitas vezes invisíveis ao olhar público, foram cruciais para a projeção e a legitimação do regime republicano recém-implantado.

Ao trazer à luz esses aspectos menos explorados da diplomacia, a trajetória de Beltrão permite uma compreensão mais profunda e nuançada dos processos que compuseram e sustentaram toda a cadeia de funcionamento da política externa brasileira, destacando a importância dos agentes diplomáticos de menor grau e importância nas negociações muitas vezes obscurecidas da construção da imagem e do poder do Brasil no cenário internacional.

Como diplomata, Pedro de Araújo Beltrão teve um papel significativo na representação dos interesses políticos do governo brasileiro na política externa, facilitando acordos e resolvendo conflitos que solidificaram as relações internacionais do Brasil. Seu trabalho em embaixadas e consulados foi fundamental para a construção de uma diplomacia que visava legitimar o regime republicano e proteger os interesses nacionais. A trajetória de Beltrão representa um capítulo significativo na história da diplomacia brasileira, demonstrando como indivíduos moldaram a inserção do Brasil no cenário global e deixaram um impacto duradouro.

A análise da trajetória de Pedro de Araújo Beltrão abre caminho para diversas pesquisas futuras, que podem explorar tanto a atuação de outros diplomatas menos conhecidos quanto o papel das redes de poder e influência na construção da política externa brasileira no final do século XIX. Pesquisas comparativas entre Beltrão e seus contemporâneos poderiam revelar padrões e estratégias comuns na diplomacia da época, oferecendo uma visão mais abrangente das práticas e desafios enfrentados por esses agentes diplomáticos.

Além disso, estudos focados na correspondência diplomática e nos bastidores das negociações internacionais podem oferecer novas perspectivas sobre as relações entre o Brasil

e outras nações. Investigações sobre a influência de fatores locais e regionais nas decisões políticas e diplomáticas também poderiam aprofundar nossa compreensão das interações entre os níveis micro e macro na formação da política externa do Brasil, ampliando o conhecimento historiográfico sobre esse período.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. *Arquivo Histórico do Itamaraty*. Ministério das Relações Exteriores. JD8/48.249-48.251. [BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção José Nicolau de Debbané (JD). Carta escrita por Pedro de Araújo Beltrão da Legação dos Estados Unidos do Brazil em Lisboa para José Nicolau Debbané, Cônsul Geral do Brasil em Alexandria em 4 de dezembro de 1891. p.1-2].

BRASIL. *Decreto nº 2.169, de 21 de novembro de 1895*. Applica às sucessões de cidadãos suíços as disposições do decreto n. 845 de 8 de novembro de 1851 a que se refere o seu art. 24. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2169-21-novembro-1895-517919-norma-pe.html>. Acesso em 20 mar. 2024.

BRASIL. *Lei nº 376, de 30 de julho de 1896*. Approva os quatro protocollos formulados na conferencia de Madrid em abril de 1890 para a protecção da propriedade industrial e o regulamento elaborado pela Secretaria Internacional respectiva. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-376-30-julho-1896-540188-publicacaooriginal-40131-pl.html>. Acesso em 20 mar. 2024.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de estado das relações exteriores Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 30 de abril de 1896. Rio de Janeiro, 1896, v. 1, p. 311-312. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=1753>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de estado das relações exteriores e general de brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira em 14 de maio de 1897. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p. 249-255. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=2309>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de estado das relações exteriores Dr. Olyntho de

Magalhães em 30 de abril de 1901. Rio de Janeiro, 1901. v. 1, p. 231-232. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934&pasta=ano%20189&pesq=pedro%20De%20ara%C3%BAjo%20beltr%C3%A3o&pagfis=5485>. Acesso em: 23 mar. 2024.

Correio do Brazil - Revista Mensal (POR)

Diário Novo-(PE)

OBRAS GERAIS

ALONSO, Â. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, R. J. S. de A. A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 4–26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/24051>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BELLINTANI, A. I. A política externa brasileira durante a primeira república (1889-1930): pesquisa, produção e recortes temáticos. In: SILVA, André Luiz Reis da (org.). *Repensando a política externa brasileira (1822-2022): novas abordagens e interpretações*. Curitiba: Appris, 2023. vol.1, cap. 3, p. 89-121.

CARVALHO, C. D. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, J. M. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERVO, A. L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. 4. ed. revista e ampliada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CÓRDOVA, C. R. E. F. de; CANAL, J. La memoria transnacional de Gabriel García Moreno: la imagen póstuma del caudillo católico en ecuador, francia y roma (1875-1921). *Historia Crítica*, Bogotá, v. 75, p. 3-23, 2020.

FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 17.

FORSTER, M. T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRICH, N. O professor Oliveira-Lima reflexões de um diplomata-historiador sobre a educação. *Estudos Universitários*, Recife, [s. l.], v. 33, n. 1/2, p. 87–103, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256449>.

Acesso em: 10 abr. 2024.

HOFFNAGEL, M. J. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *CLIO – Revista de pesquisa História*, Recife, n. 23, 2005, p. 7-24.

LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. vol. 1, cap. 3, p. 77-102.

MENDONÇA, R. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o barão do penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006.

OLIVEIRA, Maurício. *Toma lá, dá cá: como a troca de favores moldou a sociedade e o jornalismo no Brasil*. São Paulo: Ornitórrinco, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, 2017.

PEREIRA, G. T. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889- 1898)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SARDICA, J. M. O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, Lisboa, v. XLVII (2.º), n. 203, p. 344-368, 2012.

Recebido em: 30/05/2024 – Aprovado em: 03/09/2024